

I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial

Realização: FCRB · UFF/PPGCOM · UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 · Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil

O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Não pode ser reproduzido sem prévia autorização do autor.

Teorias editoriais e a produção de uma edição hipertextual da tradição de Gregório de Matos e Guerra

Marcello Moreira¹

UESB / DELL

A princípio, pensamos bastar à feitura de uma boa edição crítica da obra poética gregoriana – ou de uma outra obra literária² qualquer -, após o término, mesmo que provisório, da coleta do material existente que se relacionasse, direta ou indiretamente, com a obra a ser editada, seguir os procedimentos metodológicos ministrados, em inúmeros livros e artigos, pelos adeptos do método lachmanniano, exemplarmente dominante em nosso país. Propendíamos à adoção do método lachmanniano, não só por termos recebido uma formação filológica fundamentada nos estudos da chamada escola italiana, mas também e principalmente porque a tradição crítica, em nosso país, sempre

¹ Professor Adjunto de Literatura Brasileira da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - DELL. Doutor em Literatura Brasileira pela FFLCH - USP. Autor de artigos sobre as relações entre retórica, poética e política no Estado monárquico e no Antigo Regime. Desenvolve também pesquisa sobre a cultura da manuscritura na América portuguesa. Produz no momento o hipertexto da tradição de Gregório de Matos e Guerra, para o qual editou três códices: Lino de Matos I e II e Códice Lamego. E-mail: arboretum@bol.com.br

² Estendemos, momentaneamente, o conceito historicamente determinado de literatura a práticas letradas que lhe são anteriores. O anacronismo, no presente caso, serve apenas para salientar a forma por que, tradicionalmente, são abordados e analisados os textos produzidos nos diversos recortes espaço-temporais. As correntes interpretativas dominantes caracterizavam-se, portanto, por um etnocentrismo na maneira como são efetuadas as abordagens aos documentos de caráter lingüístico, pois se lhes aplicam, durante o processo hermenêutico, categorias analítico-conceituais que lhes são extemporâneas e julgam-nos pelo que não são. Para a compreensão de usos historicamente pertinentes do termo "literatura", ver a conceituação que lhe é outorgada por BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; e, também, por VIALA, Alain. *Naissance de l'écrivain: sociologie de la littérature à l'âge classique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1985.

sujeitou a produção poética seiscentista e setecentista brasileira³, surgida na então capital da Colônia, ao poeta Gregório de Matos e Guerra, embora a supramencionada atribuição haja sido baseada em elementos informativos escassos e de valor duvidoso, como sejam a aposição de um nome (Gregório de Matos e Guerra) à página de rosto dos códices em que foi coligido o conjunto da poesia seiscentista e setecentista baiana, e a comprovada – documentalmente - existência histórica de um Doutor Gregório de Matos e Guerra⁴.

Cabe destacar, entre as provas cabais que nos tem sido apresentadas para a certificação de que o poeta seiscentista Gregório de Matos e Guerra seria o incontestado autor do *corpus* poético reunido sob a sua rubrica, a biografia intitulada *Vida Do Excelente Poeta Lirico O Doutor Gregorio De Mattos e Guerra*, composta pelo Licenciado Rabelo, na primeira metade do século XVIII, a qual serve de introdução a compilações de textos poéticos que reúnem parte da tradição gregoriana. A *Vida Do Excelente Poeta Lirico O Doutor Gregorio De Mattos e Guerra*, nunca por demais admirada, acabou por tornar-se, primeiramente, nas mãos da crítica romântica⁵, e

³ O adjetivo brasileiro não implica, em nosso texto, qualquer idéia de autonomização política ou cultural da colônia americana relativamente à metrópole europeia. As posições críticas que buscam autonomizar a poesia seiscentista e setecentista “brasileira”, ao conferir-lhe uma originalidade diferencial que a distinguiria da produção poética coetânea realizada em Portugal e Espanha, fundamenta os seus juízos críticos em valorações heterônomas e, portanto, não pertinentes do ponto de vista histórico, como aquelas que procuram tropicalizar “o barroco” e a poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra.

⁴ A confluência de tais dados informacionais não foi interpretada, por nenhum dos estudiosos, até o surgimento do trabalho de João Adolfo Hansen, de maneira não biográfica. Vide HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

⁵ A crítica brasileira, desde o século XIX, com o surgimento da série de “Biografias dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.” (In: *Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Fundado no Rio de Janeiro sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Debaixo da imediata protecção de S.M.I. o senhor d. Pedro II. Rio de Janeiro: Typographia de JES. Cabral, v. III, n. 9, p. 333-337, abril, 1841), publicadas pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, entre as quais se deu à luz aquela setecentista do poeta Gregório de Matos e Guerra, instituiu o poeta baiano como sendo o efetivo autor da obra que lhe fora atribuída, nos séculos XVII e XVIII, pelos compiladores e organizadores de uma parcela dos textos poéticos seiscentistas e setecentistas brasileiros – o adjetivo, aqui, está despojado de qualquer valor nativista -, produzidos na Bahia. Segundo João Adolfo Hansen,

depois, nas de seus seguidores, um filtro hermenêutico possante que autentica as interpretações baseadas no ânimo autoral e que, portanto, forneceu e tem fornecido aos estudiosos da nossa literatura a justificativa última de que necessitavam para o estabelecimento do nexu autor-obra.

A posição interpretativa biograficamente fundamentada implantou-se nos meios acadêmicos (em que as práticas revisionistas, raras, não são vistas com bons olhos), e, por esse motivo, instigava-nos à feitura de uma edição crítica que tentasse reconstituir o *Ur-text* das obras de Gregório de Matos e Guerra.

Ademais, a postulação da necessidade de um empreendimento filológico que mirasse à execução da edição crítica da obra poética gregoriana havia sido feita, reiteradamente, ao longo dos anos. O lexicógrafo Antônio Houaiss apresentou-se, simultaneamente, como um dos que protestavam a necessidade da existência da edição crítica e, também, como o proponente de uma edição fundada na idéia de "autor" e que fosse levada a efeito por meio da aplicação do método lachmanniano⁶. Embora em nenhum dos parágrafos constituintes do texto de Antônio Houaiss seja mencionado o nome do filólogo germânico ou haja referência ao método que leva o seu nome, depreende-se o *modus operandi* a ser seguido, a partir da exposição dos fins a que almeja a edição crítica e da elucidação dos meios de alcançá-los.

Deter-nos-emos, por uns instantes, no artigo escrito por Antônio Houaiss, para que possamos debruçar-nos sobre as suas proposições mais importantes, concernentes à possível e desejável edição crítica da obra gregoriana, já que o supracitado artigo foi e

“A vida do excelente poeta lírico, o doutor Gregorio de Matos e Guerra” passou a ser tomada “como um discurso fora do ato que o produziu. Os tempos eram românticos e a ficção não foi lida como ficção. As tópicas retóricas do gênero encomiástico 'vida' petrificaram-se como vida e o peso da vida expeliu, como vivido, o verossímil do sentido. O texto de Rabelo não foi lido, pois, segundo a especificidade da interpretação barroca: desta se conservaram e deslocaram, contudo, as oposições morais, que no retrato têm articulação simultaneamente retórica e teológica, compondo o moralismo da crítica posterior.” Cf. HANSEN, João Adolfo. *Op. cit.*, 1989, p. 17.

O primeiro capítulo do livro de João Adolfo Hansen, anteriormente citado, dedica-se basicamente à crítica de posturas críticas que "obliteram a historicidade da prática satírica". Cf. *Idem, ibidem*, p. 13-69.

⁶ Cf. HOUAISS, Antônio. "Tradição e problemática de Gregório de Matos". In: AMADO, James (Ed.). *Gregório de Matos: obra poética*. Preparação e notas de Emanuel Araújo. Rio de Janeiro: Editora Record, vol. II, p. 1273-1278, 1990.

continua a ser o *speculum maius* a que acorrem os estudiosos cobiçosos de fixar, de uma vez por todas, o cânon e a imagem de Gregório de Matos e Guerra.

Antônio Houaiss, em seus *Elementos de Bibliologia*, como tantos editores antes dele, universaliza a aplicação do método editorial por ele adotado, como se a historicidade dos textos a serem editados não demandasse ao editor e ao método por ele escolhido, no mínimo, adaptações ou acomodações apropriadas às suas peculiaridades históricas.

Essa simplificação dos procedimentos analítico-interpretativos deve-se, principalmente, ao fato de que a moderna filologia, na vertente da crítica textual, como bem enfatizou Carlo Guinsburg:

“constituiu-se através de uma drástica seleção – destinada a se reduzir ulteriormente – dos elementos pertinentes. Esse acontecimento interno da disciplina foi escondido por duas cesuras históricas decisivas: a invenção da escrita e a da imprensa. Como se sabe a crítica textual nasceu depois da primeira (quando decidiu-se transcrever os poemas homéricos) e consolidou-se depois da segunda (quando as primeiras e freqüentemente apressadas edições dos clássicos foram substituídas por edições mais confiáveis). Inicialmente, foram considerados não pertinentes ao texto os elementos ligados à oralidade e à gestualidade; depois, também os elementos ligados ao caráter físico da escrita. O resultado dessa dupla operação foi a progressiva desmaterialização do texto, continuamente depurado de todas as referências sensíveis: mesmo que seja necessária uma relação sensível para que o texto sobreviva, o texto não se identifica com o seu suporte. Tudo isso nos parece óbvio, hoje, mas não o é em termos absolutos.”⁷

A desmaterialização do texto, ou melhor, a separação dos códigos lingüísticos dos códigos bibliográficos, assim como a separação dos códigos lingüísticos dos aspectos performáticos ligados à atualização oralizada do texto, possibilitaram aos editores, justamente, a eliminação daqueles caracteres históricos mais visíveis do complexo artefato cultural a ser “editado”. A partir da ideação do “texto” como ente compreendido somente pelos conjuntos de grafemas apostos sobre o suporte, em suas relações recíprocas de interdependência no interior de um sistema representacional da realidade lingüística por excelência, a fala, a própria significação dos grafemas restringiu-se à apreciação paleográfica para fins datadores, relegando para segundo plano ou, mesmo, descartando por completo a natureza “textual” e, portanto, significante, de elementos formais, como o pictural em escritas ideográficas orientais. Todos os textos puderam ser submetidos a procedimentos analítico-interpretativos comuns, porque foram subsumidos em uma categorização que os unificava, sob o termo

⁷ GUINSBURG, Carlos. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário". In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 143-179, p. 157, 1989.

"texto", retrospectivamente, a partir de conceitos historicamente datáveis e de valores a muitos deles, os “textos a serem editados”, extemporâneos.

A desconsideração de elementos performáticos, como diria Paul Zumthor⁸, assim como a dos códigos bibliográficos, nas pesquisas voltadas para as práticas letradas, não ocasionariam uma compreensão demasiadamente fragmentada, por parte do pesquisador, do objeto de estudo e, conseqüentemente, o questionamento da validade da própria pesquisa sócio-histórica, já que, caso o historiador não esteja interessado em fornecer-nos uma abordagem anacronicamente perspectivada do objeto a ser estudado, ele não deveria buscar compreendê-lo, não somente conforme as práticas discursivas que lhe são contemporâneas, mas, também, segundo práticas socialmente codificadas que organizam a discursividade em suas relações com o propriamente performático, bibliográfico et cetera – caso essa divisão, embora teoricamente ótima, não seja, já em si mesma, arbitrária?

A eliminação de elementos pertinentes, acima referida, autoriza Antônio Houaiss a asseverar que:

“O problema da ecdótica é essencialmente o mesmo, quaisquer que sejam as culturas e as línguas. Entretanto, há especificidades que permitem separar, na tradição humana, a tradição ocidental de cunho europeu. E esta, por sua vez, comporta uma periodização em quatro unidades, pelo menos, a saber: (a) o problema ecdótico clássico (grego e latino); (b) o problema ecdótico medieval; (c) o problema ecdótico moderno, e (d) o problema ecdótico contemporâneo. Repitamos: *é óbvio que a essência e a finalidade da ecdótica são as mesmas* (grifo nosso), mas a complexidade, as técnicas e os conhecimentos necessários, diferentes, daí a periodização.”⁹

Quais seriam, em primeiro lugar, a essência e a finalidade da ecdótica para Antônio Houaiss? Talvez consigamos, ao encontrar uma resposta para essa primeira pergunta, aferir a propriedade da validade transistórica dessas mesmas “essência e finalidade”, assim como formular outras questões que inevitavelmente surgirão, após nos depararmos com uma solução satisfatória à anteriormente formulada.

Segundo Antônio Houaiss:

“A ecdótica (...) cuida da edição do texto”, e “sua problemática pode escalonar-se nas seguintes fases: 1º) na primeira fase, cuida-se da estemática, isto é, do estabelecimento do estema ou classificação genealógica das versões do texto segundo as cópias, impressões ou edições que teve; 2º) na segunda fase, estabelecido o estema, quando não se caracteriza incontrovertidamente o

⁸ ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a “literatura medieval”*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁹ HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. São Paulo: Hucitec/INL/Fundação Nacional Pró-memória, 1983, p. 215.

manuscrito autógrafo original ou definitivo, obtém-se o protótipo ou, melhor, arquétipo (na tradição manuscrita), ou a edição de base (na tradição impressa).¹⁰

Como fica claro, a partir dos excertos acima transcritos, “a ecdótica cuida da edição do texto”; ocupa-se somente da edição dos códigos lingüísticos e, simultaneamente, edita não um texto qualquer, um dos múltiplos textos ou versões de texto que nos chegaram através de cópias não autógrafas, mas o texto prototípico ou arquetípico reconstituído por meio da comparação dos membros da tradição codicológica previamente selecionados para esse fim.

Tal reconstrução textual parte do pressuposto de que havia um texto autoral; de que o texto autoral é o único literariamente válido – a *restitutio textus* implica uma valoração estética de um texto conjectural que traz a marca da unicidade do gênio -, de que é possível separar – mesmo que por etapas, num processo de contínua e inacabada aproximação - o autenticamente autoral das corruptelas que se imiscuíram nesse texto primevo ao longo dos elos da cadeia transmissional; de que o nexos autor-obra é historicamente válido para todas as épocas; de que a proliferação de versões, quando não justificada como uma práxis autoral, deve ser desconsiderada como algo literariamente espúrio – embora historicamente talvez não o seja, como bem o provou Paul Zumthor e outros historiadores da poesia épica e das canções de gesta medievais, assim como estudiosos das práticas letradas européias quinhentistas e seiscentistas.¹¹

De qualquer maneira, a postulação da necessidade de editar “o texto”, reconstituído por meio da *restitutio textus*, conduz-nos a uma forma específica de prática editorial e a uma determinada teoria da edição – a lachmanniana -, o que pode depreender-se não só de uma acurada leitura do trabalho de Antônio Houaiss, mas principalmente de um exame das fontes bibliográficas em que se baseia o supracitado

¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 204.

¹¹ ZUMTHOR, Paul. *Essai de poétique médiévale*. Paris: Éditions du Seuil, 1972; ZUMTHOR, Paul. *Op. cit.*, 1993; MARCUS, Leah S. *Unediting the Renaissance: Shakespeare, Marlowe, Milton*. London and New York: Routledge, 1996; ZUMTHOR, Paul. "Intertextualité et mouvance". In: *Litterature: intertextualités médiévales*. Paris, nº 41, p. 8-16, 1981; DEMBROWSKI, Peter. "Intertextualité et critique des textes". In: *Litterature: intertextualité médiévales*. Paris, nº 41, p. 17-29, 1981; CERQUIGLINI, Bernard. *Éloge de la variante: histoire critique de la philologie*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

autor para a escrita de sua obra. O livro de Paul Maas, *Critica del testo*¹², foi bastante utilizado por Antônio Houaiss como fonte de informações sobre procedimentos editoriais a serem tomados para a reconstituição filológica de textos literários, como se pode ver dos numerosos extratos do livro do filólogo alemão inseridos em *Elementos de Bibliologia*. Portanto, apesar de não haver referências explícitas ao método lachmanniano em “Tradição e problemática de Gregório de Matos”, ao cruzarmos as proposições desenvolvidas neste último trabalho com o método e teoria da edição com que nos brinda o lexicógrafo brasileiro em seus *Elementos de Bibliologia*, não parece haver dúvidas de que o método e a teoria da edição lachmannianos deverão nortear a realização de uma possível edição crítica da obra poética atribuída a Gregório de Matos e Guerra, caso esta se queira viável.

A edição crítica da obra gregoriana, conseqüentemente, pelos motivos já expostos, não nos parecia inviável, pois até mesmo o modo de executá-la nos fora previamente fornecido. Iniciamos a fase da *recensio* que se nos assemelhava pouco dificultosa, pois o próprio Antônio Houaiss reconheceu que, embora fosse provável localizar, nos fundos de bibliotecas e arquivos, outros manuscritos que contivessem poemas atribuíveis a Gregório de Matos e Guerra, o número de códices conhecidos era suficiente para o estabelecimento do texto crítico: "O material da tradição representado pelos códices disponíveis, no sentido lato, parece já ser base excelente para a edição crítica da obra de Gregório de Matos."¹³

¹² MAAS, Paul. *Critica del testo*. Traduzione di Nello Martinelli e Presentazione di Giorgio Pasquali. Con lo "Sguardo retrospettivo 1956" e una nota di Luciano Canfora. Firenze: Felice Le Monnier, 1990.

¹³ HOUAISS, Antônio. *Op. cit.*, p. 1276.

Há um problema na afirmação de Antônio Houaiss, quanto à suficiência do número de códices conhecidos, a fim de que seja elaborada a edição crítica da obra poética atribuída a Gregório de Matos e Guerra, pois se existe a deliberação de executar uma edição destinada à reconstituição do arquetipo ou do original (se possível), a *recensio* deve ser exaustiva, já que o descarte prévio de membros da tradição poderia pôr de parte variantes textuais que, após um cuidadoso exame, talvez viessem a revelar-se-nos mais próximas do arquetipo ou original visados; quiçá seriam as únicas - muita vez, a única – a não apresentar contaminações ou desfigurações de tipo nenhum. É de estranhar, portanto, que em uma tradição composta por *codices plurimi*, como o é a tradição gregoriana, Antônio Houaiss desconsidere a importância de um pressuposto básico do método por ele considerado ideal à edição do corpus seiscentista e setecentista, quando todos sabemos que, a princípio, a *eliminatio codicum descriptorum* seria a única forma de eliminação de membros de uma dada tradição para fins editoriais.

O próprio Houaiss viria uma vez mais facilitar o nosso trabalho de pesquisa, ao prover-nos com informações relativas às características objetivas da tradição de Gregório de Matos e Guerra, listando manuscritos e indicando as instituições bibliotecais em que estariam depositados, assim como por fornecer-nos um rol de todas as edições até então conhecidas de obras do poeta baiano.

Antônio Houaiss também nos adverte da necessidade de filiar a tradição impressa aos códices existentes, pois normalmente os impressos baseiam-se em um único códice, e nos apresenta sugestões de filiação.

É preciso dizer, contudo, que, ao não identificar o texto de cada uma das edições impressas à "obra" gregoriana, por serem eles praticamente transcrições – com maior ou menor número de intervenções levadas a efeito por seus respectivos editores durante o processo editorial e, ainda mais relevante para o problema com que ora nos deparamos, com maior ou menor número de erros, de *guasti*, ocasionados durante o processo transmissional -, Antônio Houaiss distingue “texto” de “obra”, mas em momento nenhum conceitua “obra” como sendo a soma das formas textuais existentes na tradição. Tal postura autenticaria os postulados ecdóticos implícitos no artigo em discussão, já que a conceituação de “obra” subordinar-se-ia, para ele, à idéia de autoria – historicamente válida? – que validaria, por sua vez, apenas as várias “textual forms the author has produced.”¹⁴ .

Por ser-lhe impossível a fixação do “corpus autoral”, a não ser por meio do expurgo dos textos apócrifos e da instituição de um "resíduo irreduzível" – já não mais passível de expurgo ou redução – a ser validado como efetivamente autoral, ainda após a circunscrição do resíduo irreduzível haveria as múltiplas variantes de cada texto componentes desse mesmo resíduo e a multiplicidade de variantes – não identificada a variantes autorais - contrariaria a unicidade da “obra” como expressão de uma personalidade criadora. A obra, portanto, não pode ser identificada à multiplicidade de variantes textuais ocorrentes nos códices gregorianos.

O método lachmanniano impõe-se, portanto, como o meio de recuperação de um ideal textual que se supõe ter existido, embora não haja provas materiais conclusivas de sua existência.

Antônio Houaiss posiciona-se ao lado daqueles para quem “a filologia concentra-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado”¹⁵, e já que da proposta de estabelecimento da genuinidade¹⁶ do texto

¹⁴ SHILLINGSBURG, Peter L. “Key issues in editorial theory”. In: *Analytical and enumerative bibliography*. The Bibliographical Society of Northern Illinois, vol. 6, nº 1, p. 4, 1982.

¹⁵ SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica*. 2 ed., São Paulo: Ars Poetica/ EDUSP, 1994, p. 82.

¹⁶ Segismundo Spina assim conceitua genuinidade:

“Um texto pode ser legítimo, autêntico, mas não genuíno. Suponhamos a primeira edição de uma obra: ela é autêntica, legítima (isto é, não é falsa) porque saiu em vida do autor e foi supervisionada por ele. Acontece que nem sempre a primeira edição corresponde ao desejo do autor, que nela encontra falhas e coisas que já não condizem com seu espírito. Assim, uma edição *ne varietur* é uma edição definitiva, saída conforme os desejos do autor; talvez ela seja

depende o tratamento a ser dispensado às formas textuais que chegaram até nós, o conceito de "genuinidade" passa a operacionalizar as etapas do método de Lachmann com vistas à reconstituição do texto autoral. Não nos garante Antônio Houaiss que os códices constituintes da tradição de Gregório de Matos e Guerra são apógrafos, isto é, não compostos pelo autor, mas por copistas e que, conseqüentemente, se são cópias, devem haver sido copiados de um original, autoral, está claro? - o conceito de genuinidade apresenta-se-nos como um instrumento analítico-interpretativo cuja pertinência histórica não foi questionada quando aplicado à tradição de Gregório de Matos e Guerra.

Estamos diante da velha miragem criada pela filologia oitocentista que, ao propor-se a construção de um *stemma codicum* que evidenciasse as filiações genéticas entre os membros de uma dada tradição, filiações visantes a patentear o que Karl Lachmann denominou *originem detegere*, acabou por estatuir uma categoria, historicamente situável – a de autoria -, o cerne de uma disciplina de caráter histórico – a filologia - e, ao fazê-lo, sancionou os usos anacrônicos e anacronizantes dessa e de outras categorias, ao desistoricizá-las.

Antônio Houaiss abre o seu artigo sobre a proposta editorial para a edição crítica do corpus gregoriano com a seguinte afirmação:

"Pode-se depreender com toda a segurança que a tradição de Gregório de Matos – empregada a palavra 'tradição' em sua estrita acepção ecdótica – está longe de ter sido racionalmente aproveitada pela erudição para o estabelecimento fiel e fidedigno, tanto quanto possível, do texto de Gregório de Matos."¹⁷

Por que a tradição de Gregório de Matos e Guerra não foi aproveitada racionalmente para o estabelecimento do texto gregoriano?

A resposta para nossa pergunta acha-se no excerto acima transcrito: porque não foi ela, a tradição, utilizada com o desígnio de constituir – reconstruir/construir? -, por meio de uma verdadeira operação de cunho arqueológico lachmanniano, o texto “fiel e fidedigno” de Gregório de Matos, “fiel” e “fidedigno” sendo, aqui, sinônimos de genuíno. Fidelidade a quê e fidedignidade de quê? À vontade autoral, está claro! Em busca de fidelidade e fidedignidade parte Antônio Houaiss e aconselha os editores dispostos a sacrificarem um decênio de suas vidas à realização da sonhada edição crítica

a quarta edição. Esta quarta edição é genuína, mas as três primeiras não o são, embora sejam autênticas, legítimas.” (*Idem, ibidem*, p. 27).

¹⁷ HOUAISS, Antônio. *Op. cit.*, 1990, p. 1273.

da obra gregoriana a eliminarem os escolhos que impedem a apreciação de suas qualidades. Os estágios de limpeza por que passaria a tradição de Gregório de Matos e Guerra seriam basicamente dois: o primeiro deles, imprescindível ao conseguimento da *restitutio textus*, seria a tarefa preliminar de expurgo dos textos apócrifos, dependente, por seu turno, de uma: "discussão colegiada crítica de autoria."¹⁸

Antônio Houaiss pergunta-se:

"Quais as peças constantes dos apógrafos que não seriam realmente de Gregório de Matos, com identificação dos verdadeiros autores? Quais as peças que seriam meras traduções? Sendo traduções, quais as que tinham curso como de autores outros, identificáveis? Quais as peças que teriam sido glosas, pastiches, paráfrases, variações, de acordo com os cânones criadores do tempo, identificando-se os autores e obras e peças fontes?"¹⁹

As respostas para as supracitadas questões viabilizariam – é no que acredita Antônio Houaiss - a separação dos textos autorais daqueles que, conquanto estejam nos códices gregorianos, não foram efetivamente escritos pelo poeta baiano:

"Em operações desse tipo – de que há exemplos na obra de Sílvio Júlio, se compreendidas como devem muitas das suas contribuições, desde que apenas despojadas do ânimo com que foram vazadas -, ter-se-ia a possibilidade de se chegar a um “resíduo irreduzível” – que, presuntivamente, seria ou o essencial ou o cerne da produção transmitida por Gregório de Matos. Ter-se-ia, assim, chegado àquele núcleo fundamental sobre o qual operar a crítica judicatória em bases honestas e cabíveis."²⁰

Contudo, os textos restantes após a operação expurgatória não representariam, em sua diversidade e alteridade, em seu conjunto, a obra de Gregório de Matos e Guerra, pois depois de ser feito o expurgo ou eliminação dos textos julgados não autorais, como antes já se frisou: "Ter-nos-íamos aproximado do momento fecundo para o estabelecimento verdadeiramente crítico do cânon de Gregório de Matos."²¹

Ou seja, a reconstituição do original ou do arquétipo perdido.

A proposta de edição crítica dos poemas atribuídos a Gregório de Matos e Guerra, tal como nos é explanada por Antônio Houaiss, evidencia-se nos anistórica, já que baseada em categorias de pensamento extemporâneas ao século XVII e, portanto, anacrônicas nos termos em que nos são propostas, tais como: "autor", "autoria", "obra", "originalidade", "genialidade", "propriedade autoral", entre outras. Além do mais, ela se

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 1277.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 1277.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 1277.

²¹ *Idem, ibidem*, p. 1278.

detém sobre os textos e rejeita o propriamente bibliográfico da tradição de Gregório de Matos e Guerra, filiando-se, portanto, a práticas editoriais que têm caído em descrédito nos últimos anos.

A crença, transformada em princípio teórico-metodológico do lachmannismo, de que todas as cópias existentes de um primordial texto autoral representam, quanto mais estejam afastadas do original, uma variação cada vez mais corrupta e decrépita do *Ur-text*, conduz os editores partidários do lachmannismo a postularem a necessidade da recuperação da linguagem pura emanada da *mens auctoris*, caso desejemos estudar o texto autoral e a própria *mens auctoris*. Segundo Bernard Cerquiglini, ao empreender a crítica da obsessão lachmanniana pela idéia de *corruptio textualis*:

"Toute copie est un déclin: cette philologie partage avec les premières recherches indo-européanistes la méthodologie comparatiste, le désir de reconstruction, mais aussi le sentiment d'une décadence ("Je marche dans un champ de ruines", disait Schleicher, et aurait pu dire Lachmann)." ²²

Como diria Morse Peckham, ironicamente, nós, filólogos, propendemos a instituir uma hagiografia de autores e, como consequência dessa santificação, quanto mais próximos os textos estiverem do autor, mais preciosos e puros estarão, tornando-se verdadeiras relíquias ²³.

Antônio Houaiss, como os lachmannianos que o precederam no labor restituidor, crê na falta de mácula das origens; para ele, assim como para muitos outros, a queda não ocorreu no paraíso autoral.

Há, contudo, sérios problemas de método para além dos questionamentos até o momento apresentados, pois, apesar de tanto Antônio Houaiss quanto Giuseppe Tavani afirmarem que a fixação do texto crítico visante a resgatar a genuinidade da obra literária precede e propicia as condições necessárias ao desenvolvimento de outros estudos consagrados a uma melhor compreensão do autor e de sua obra, a partir da oferta, à comunidade acadêmica, de um texto fidedigno do ponto de vista do ânimo autoral, observa-se, no método proposto que, para se chegar à determinação do corpus textual verazmente autoral, acaba-se por adotar procedimentos crítico-metodológicos de caráter circular tão criticados em outros campos do conhecimento. Se, por exemplo, só é possível divisar o estilo de um autor, a sua originalidade, depois de estabelecido o seu

²² CERQUIGLINI, Bernard. *Op. cit.*, 1989, p. 76.

²³ PECKHAM, Morse. "Reflections on the foundations of modern textual editing". In: *Proof*, nº 1, p. 125, 1971.

texto canônico, como justificar a seleção, entre variantes adiaforas, de uma delas, a partir dos conceitos de *lectio difficilior*²⁴ e de *usus scribendi*? No caso da tradição de Gregório de Matos e Guerra, não há manuscritos autógrafos, nem poemas que possam ser seguramente atribuídos ao poeta baiano, o que impossibilita aos filólogos empreender o levantamento das recorrências estilísticas no *corpus* gregoriano.

A maioria dos críticos brasileiros protesta, assim como Antônio Houaiss, a inexistência de uma edição crítica em moldes lachmannianos que fixe o cânone de Gregório de Matos e Guerra; entretanto, é preciso ressaltar que os mesmos estudiosos que publicamente afirmam que é imprescindível a necessidade da edição crítica do cânone gregoriano como condição à avaliação da importância do poeta Gregório de Matos e Guerra na história de nossa literatura e à averiguação de sua efetiva originalidade, não se pejam de insistir em interpretar o *corpus* poético seiscentista e setecentista colonial segundo os dois critérios dominantes de legibilidade adotados pela crítica brasileira desde o século XIX – nativismo e biografismo.

Valorizar a originalidade de expressão de um poeta seiscentista, como fazem muitos estudiosos brasileiros, sem poder circunscrever o que é autoral, e insistir em interpretar o *corpus* como expressão de um grande temperamento poético do século XVII, em que pela primeira vez se manifestou o sentimento de brasilidade em nossa poesia, sem ter a certeza de que os "poemas de Gregório de Matos e Guerra", em que corre o sangue brasileiro do fundador de nossa poesia, são realmente sua produção e não de outrem, é, na melhor das hipóteses, correr riscos demais.

Contudo, João Adolfo Hansen discorda das asseverações que preconizam o estabelecimento do texto crítico segundo o método lachmanniano como condição prévia à enunciação de qualquer coisa válida sobre o *corpus* gregoriano. Desde que o paradoxo acima apontado seja evitado - a insistência em interpretar, em última instância, o *corpus* poético colonial seiscentista e setecentista como produto e expressão de um único autor -, pode-se abordá-lo, como o fez o crítico paulista, como discursos históricos, analisados

²⁴ Um critério que se aproxima do de *usus scribendi* e que o complementa é aquele formulado por Wettstein, segundo o qual, entre duas lições, a que for similar a uma outra passagem que a antecede no texto e que, por conseguinte, pode derivar de uma *interpolazione armonistica*, deve ser rejeitada: "Ubi ex duabus variantibus lectionibus una totidem iisdemque verbis exprimitur atque in alio Scripturarum loco eadem sententia expressa legitur, altera vero discrepantibus, illa huic nequaquam praeferenda est." (PASQUALI, Giorgio. *Storia della tradizione e critica del testo*. Firenze: Felice Le Monier, 1934, p. 11).

segundo prescrições retóricas que os articulam no momento de sua produção. Por esse motivo, ao criticar o conceito de "originalidade", fundamental para certo tipo de apreciação crítica dos poemas, assim como para o seu estabelecimento crítico, o autor de *A Sátira e o Engenho* declara:

"A 'originalidade' dos poemas - tanto no sentido de 'origem', 'autoria', quanto no de 'novidade estética', implícita em muitos discursos críticos que prescrevem o estabelecimento da autoria como indispensável para se afirmar qualquer coisa válida sobre eles, é, evidentemente, trabalho e função da recepção e seus critérios avaliativos particulares."²⁵

“Gregório de Matos' é uma etiqueta, unidade imaginária e cambiante nos discursos que o compõem contraditoriamente numa hierarquia estética, determinada pela 'cadeia de recepções', na expressão de Jauss. Não-substancial, é efeito da leitura dos poemas atribuídos, não sua causa."²⁶

O estabelecimento da autoria serviria de base, portanto, à situação dos poemas em diversos paradigmas críticos, critérios segundos de legibilidade, dependentes da noção de autoria. Mas, ainda segundo Antônio Houaiss, os juízos críticos sobre o valor de Gregório de Matos e Guerra e de sua obra, por fundamentarem-se em textos impressos que, como vimos, normalmente se baseiam em um só apógrafo, acabam por identificar o texto de cada edição, e, por conseguinte, de cada apógrafo empregado como fonte exclusiva para a feitura de cada edição, à obra gregoriana, por meio de um processo redutor que a desfiguraria – a partir, é claro, do método editorial e da teoria da edição que Antônio Houaiss idealiza como aqueles otimamente aceites para o caso em discussão:

"Num caso e no outro (juízos pró e contra o autor seiscentista) se aceita o corrente texto disponível como obra de Gregório de Matos – texto esse que, sob múltiplos aspectos, tem de ser objeto de reservas tais, que o seu valor para fins judicatórios passa a ser tão precário que precários se tornam os julgamentos firmados com base nele."²⁷

A crítica literária, por seu turno, representada por alguns de seus membros mais ilustres, perfilha o caminho traçado pelo supramencionado filólogo e abraça a idéia de que, sem a edição crítica do cânone gregoriano – a tradição já expurgada de suas impurezas -, é, senão impossível, pelo menos duvidoso chegar à devida apreciação da obra do poeta seiscentista brasileiro, a fim de determinar-lhe a originalidade e o valor.

²⁵ HANSEN, João Adolfo. *Op. cit.*, 1989, p. 15.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 14-15.

²⁷ HOUAISS, Antônio. *Op. cit.*, p. 1273.

Diante do exposto, cabe-nos propor formas outras de edição da tradição de Gregório de Matos e Guerra que considerem sua historicidade como elemento a ser preservado durante o labor editorial.

Pesquisas recentes têm mostrado que a proliferação de versões de poemas e de didascálias explica-se por práticas culturalmente datadas e que podem ser satisfatoriamente tratadas pela adoção dos conceitos *mouvance*²⁸ e *variance*²⁹.

Considerando-se que as variantes existentes de cada poema - se é que a palavra "variantes" é a mais pertinente para o caso em questão - foram objeto da recepção, nos séculos XVII e XVIII, efeito de práticas produtoras de textos indissociáveis dos mecanismos da recepção, e na medida em que as didascálias podem ser compreendidas como leituras efetuadas de poemas e/ou de variantes de poemas, faz-se necessário oferecê-las todas aos leitores de hoje em dia para que uma visão falseada da "obra" atribuída a Gregório de Matos e Guerra não seja naturalizada como apropriada ao *corpus* em discussão.

Considera-se a edição hipertextual da tradição de Gregório de Matos e Guerra, ora em produção na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como a forma editorial mais adequada para fornecer à comunidade de leitores contemporâneos a riqueza de uma tradição poética que teorias da edição oriundas do século XIX têm insistido em reduzir a um "uno" que não se justifica pelos resultados da mais recente pesquisa em Filologia e História Literária.

Referências Bibliográficas:

BARBOSA, Januário da Cunha. "Biografias dos Brasileiros Distintos por Letras, Armas, Virtudes, etc." In: *Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Fundado no Rio de Janeiro sob os Auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Debaixo da Imediata Protecção de S.M.I. o Senhor D. Pedro II. Rio de Janeiro: Typographia de JES. Cabral, v. III, n. 9, p. 333-337, abril, 1841.

BARTHES, Roland. "From Work to Text." In: HARARI, Josué V. (Ed.). *Perspectives in post-structuralist criticism*. London: Methuen and Co., 1980, p. 73-81.

BLECUA, Alberto. *Manual de Crítica Textual*. Madrid: Editorial Castalia, 1983.

²⁸ ZUMTHOR, Paul. *Essai de poétique médiévale*. Paris: Éditions du Seuil, 1972.

²⁹ CERQUIGLINI, Bernard. *Éloge de la variante: histoire critique de la philologie*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

- BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CERQUIGLINI, Bernard. *Éloge de la variante: histoire critique de la philologie*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.
- CERQUIGLINI, Bernard. "Éloge de la variante." In: *Langages: manuscrit-écriture et production linguistique*, Paris, 69, p. 25-51, 1983.
- CHIARINI, Giorgio. "Prospetti Translachmanniane dell'Ecdotica." In: *Ecdotica e testi ispanici*. Atti del Convegno Nazionale della Associazione Ispanici Italiani. Verona: Università degli Studi di Verona, p. 45-64, 1982.
- FOUCAULT, Michel. "What is an author?" In: HARARI, Josué V. (Ed.). *Textual strategies: perspectives in post-structuralist criticism*. London: Methuen and Co., p. 141-160, 1980.
- GABLER, Hans Walter. "The Text as Process and the Problem of Intentionality." In: *Text*, 3, p. 107-116, 1987.
- GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário." In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 143-179, 1989.
- GREETHAM, D. C. "Textual and literary theory: redrawing the matrix." In: *Studies in Bibliography*, 42, p. 1-24, 1989.
- GREETHAM, D. C. "Politics and ideology in current anglo-saxon textual scholarship." In: *Editio*, 4, p. 1-20, 1990.
- GREETHAM, D. C. "Textual criticism and deconstruction." In: *Studies in Bibliography*, 44, p. 1-30, 1991.
- HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. Reimpressão fac-similar. São Paulo: HUCITEC/INL, 1983.
- HOUAISS, Antônio. "Tradição e problemática de Gregório de Matos." In: AMADO, James (Ed.). *Gregório de Matos: obra poética*. Preparação e Notas de Emanuel Araújo. Rio de Janeiro: Editora Record, II, p. 1273-1278, 1990.
- 1986.
- KRISTELLER, Paul Oskar. "The lachmann method: merits and limitations." In: *Text*, 1, p. 44-54, 1983.
- MAAS, Paul. *Critica del testo*. Con lo "Sguardo Retrospettivo 1956" e una Nota di Luciano Canfora. 3 ed., Firenze: Felice Le Monnier, 1990.
- MARCUS, Leah S. *Unediting the Renaissance: Shakespeare, Marlowe, Milton*. London and New York: Routledge, 1996.
- MATOS, Gregório de. *Gregório de Matos: crônica do viver baiano seiscentista: obra poética completa*. Códice James Amado. Edição Preparada por James Amado. 2 ed., Rio de Janeiro: Record, vol. I e II, 1999.
- McLAVERTY, James. "The concept of authorial intention in textual criticism." In: *The Library*, Sixth Series, 6, p. 121-138, 1984.
- PASQUALI, Giorgio. *Storia della tradizione e critica del testo*. Firenze: Felice Le Monnier, 1934.
- PECKHAM, Morse. "Reflections on the foundations of modern textual editing." In: *Proof*, 1, p. 122-155, 1971.
- RIVERS, Elias L. "A national classic: the case of Garcilaso's poetry." In: *The politics of editing*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 39-51, 1992.
- RODRÍGUEZ, Evangelina. "Editing theater: a strategy for reading, an essay about dramaturgy." In: *The politics of editing*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 95-109, 1992.

- Spina, Segismundo. *Introdução à edótica*. Edição revisada e atualizada. 2 ed., São Paulo: Ars Poetica/EDUSP, 1994.
- TAVANI, Giuseppe. *Lezioni sul testo*. Roma: Japadre Editore, 1997.
- VIALA, Alain. *Naissance de l'écrivain: sociologie de la littérature à l'âge classique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1985.
- ZAVALA, Iris M. "The art of edition as the techné of mediation: Garcilaso's poetry as masterplot." In: *The politics of editing*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 52-72, 1992.
- ZUMTHOR, Paul. *Essai de poétique médiévale*. Paris: Éditions du Seuil, 1972.
- ZUMTHOR, Paul. "Intertextualité et mouvance." In: *Littérature*, 41, p. 8-16, 1981.
- ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a "literatura" medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.